

O INVESTIMENTO ACELERADO COMO FORÇA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

HOWARD S. ELLIS

Todo desenvolvimento econômico caracteriza-se por um acréscimo da taxa de investimento; na verdade, ao lado do aumento da renda per capita êsse é, provavelmente, o fenômeno de maior importância. À primeira vista, por conseguinte, é surpreendente que teorias que põem em evidência êsse fator sejam consideradas como distintas das teorias de desenvolvimento econômico.

A explicação reside, em parte, numa ênfase relativa. Do conteúdo da teoria clássica colhe-se a impressão geral de que a mola mestra do progresso seja o acréscimo lento, porém constante, do capital, através da poupança individual, isto é, da parcimônia ou frugalidade. MARX deu primordial ênfase ao “modo de produção”, à organização da produção; SCHUMPETER, SPIETHOF e muitos outros autores consideraram o inovador como o *primum mobile* do crescimento ou desenvolvimento econômico. KUZNETS, que evita comprometer-se no que diz respeito à causalidade, parece dar bastante importância ao crescimento da população, vegetativo ou através da imigração, e à possibilidade de ser êsse crescimento a principal variável independente. Outros economistas salientaram os benefícios decorrentes da produtividade, os conhecimentos técnicos e a motivação originária do comércio e das finanças internacionais. Não se deve deixar de levar em conta as teorias que atribuem os impulsos mais importantes a fatores não econômicos — revoluções sociais ou políticas, ideologias, etc... Há, porém, grande número de teorias que, embora não ignorem ou neguem necessariamente a ação de um ou de todos êsses fatores, dão ênfase à *velocidade* do processo de investimento; em alguns casos essa ênfase é, na verdade, quase que exclusiva. Se a formação de capital se processar rapidamente outros atributos do progresso econô-

mico estarão quase que automaticamente assegurados; se assim não fôr, o desenvolvimento econômico será diminuto ou simplesmente deixará de existir. ⁽¹⁾

Entretanto, além da questão da ênfase sobre um fator, as teorias ora consideradas possuem diversas características comuns que justificam seu agrupamento. Em primeiro lugar, tais teorias são, de modo geral, fortemente intervencionistas, pelo menos no que se refere à responsabilidade do Estado em relação a um grande acréscimo na taxa de poupança e, partindo dessa base e de acordo com as preferências de cada autor, para maior ou menor controle (via de regra maior) e (algumas vezes) direção de tipos específicos de investimento e produção. Em segundo lugar, os teóricos do "grande impulso" ("big push") consideram geralmente a indústria inerentemente superior à produção primária, como veículo do desenvolvimento. Essas duas características são tão generalizadas que com elas terminarei a minha lista; fica-se, porém, induzido a também assinalar a frequência com que aparecem em escritos dessa natureza, a tentativa inflacionária, as inclinações autárquicas e a predileção por planejamentos do tipo equilíbrio geral relacionados com a programação, fazer ou não. Mas o intervencionismo e outros aspectos dessas teorias, que comentarei mais adiante, são mais detalhe do que substância.

São três os pontos essenciais para uma taxa acelerada de investimento obtida através da intervenção do Estado: o argumento demográfico, o raciocínio fundamentado na propensão a consumir (ou a poupar) e as conclusões originadas da discontinuidade técnica do investimento ou de inversões realizadas em bloco sem parcelamento possível. Permitam-me antes de mais nada esclarecer que de maneira alguma abandono tais raciocínios; apenas dou maior importância do que os autores dessas teorias aos riscos, custos e horizonte de possíveis ganhos de determinado modo de agir, bem como as vantagens de políticas alternativas.

I

Tratarei primeiramente do argumento demográfico em prol de um "grande impulso" nos investimentos, por quanto aqui,

(1) — Celso Furtado, em seu comentário ao ensaio de Paul Rosenstein-Rodan para a mesa-redonda da "International Economic Association" — no Rio de Janeiro (Agosto de 1957, mimeografado), qualifica de ilusória a idéia segundo a qual "é possível passar-se da estagnação para o desenvolvimento mediante um esforço pequeno, embora firme".

tanto o mérito da teoria quanto suas debilidades são mais evidentes. O problema se estabelece para uma economia onde a renda per capita é baixa, o capital escasso e o trabalho abundante; a taxa de mortalidade caiu ultimamente devido a práticas modernas de saúde pública e as taxas de naturalidade são elevadas — uma situação pouco auspiciosa para desenvolvimento econômico. Dentro desse panorama, a questão do ataque aos investimentos foi abordada com muita habilidade pelos meus colegas, na Universidade da Califórnia, Professores Galenson e Leibenstein. (2) De acordo com esses autores, a única esperança de elevar eventualmente a renda per capita está no abandono temporário do critério usual para investimentos — a produtividade marginal — e, ao invés, “maximizar” o coeficiente marginal de reinvestimento per capita, isto é, adotar técnicas que visem uma relação máxima entre capital e mão-de-obra. O coeficiente de reinvestimento deve ser “maximizado”, ainda que haja mão-de-obra excedente na economia, visto que, por definição, as técnicas adequadas ao desenvolvimento são as que conduzem, mais rapidamente, ao máximo de equipamento de capital por trabalhador e, portanto, a taxas máximas de salário real.

Uma objeção a essa teoria de desenvolvimento reside em que a proporção do capital em relação à mão-de-obra pode sempre crescer e, antes de um limite muito remoto, as taxas de salário real podem aumentar continuamente, pela utilização de mais capital; desse modo o prazo de aplicação do coeficiente de reinvestimento torna-se indefinido. Uma segunda objeção consiste na atitude do sacrifício implacável dos ganhos atuais da capacidade produtiva em favor da capacidade produtiva futura. GALENSON e LEIBENSTEIN são bem explícitos a esse respeito; é em parte pelo receio de que qualquer aumento dos salários reais *atuais* conduza tão somente a um acréscimo da taxa de natalidade, que são levados a propor tal política. Inclina-se a aceitar até mesmo um aumento do desemprego em favor de técnicas que “maximizem” a razão capital trabalho.

No que se refere ao desemprego, é muito possível que o mesmo venha a tornar-se excessivo, interferindo com reformas

(2) — Walter Galenson e Harvey Leibenstein, “Investment Criteria, Productivity, and Economic Development”, *Quarterly Journal of Economics*, Vol. LXIX, agosto de 1955, págs. 343/370; vide também o recente estudo de Harvey Leibenstein, *Economic Backwardness and Economic Growth* (Wiley, Nova York, 1957).

necessárias nas técnicas agrícolas e industriais. (3) É lícito dizer que qualquer desemprego adicional causado por melhorias técnicas pode ser absorvido, tal como se verifica com o *substitutum* básico do desemprego estrutural, por obras públicas cuja intensidade de trabalho seja variável segundo o local. Há, porém, limites à velocidade com que esses projetos podem ser planejados e executados, bem como à desirabilidade das técnicas que enconomizam mão-de-obra. (4) Na verdade, o emprego de tais técnicas, isto é, de uso intensivo de capital numa economia com mão-de-obra excedente ou mesmo barato, constitui anomalia. Esta reside em que o Governo ao introduzir essas técnicas, adota uma taxa de "desconto em relação ao futuro" mais baixa do que a do mercado.

Não estou em condições de discutir se tal medida jamais é adequada; afirmaria mesmo que nos primeiros estágios de desenvolvimento a iniciativa de poupar deve ser tomada pelos governos; através de fundos emergentes da tributação, mas, exceto nos estados totalitários mais severos, essa poupança compulsória é limitada; primeiro, pelas considerações éticas ordinárias do bem-estar humano e liberdade e, segundo, pelas bases pragmáticas dentro das quais a população pode simplesmente não tolerar uma programação indefinida dos frutos do progresso. Portanto, a objeção a GALENSON e LEIBENSTEIN é, em parte, uma questão de gradação; e, também parcialmente, questão de abrigar sob a frase "o coeficiente marginal de reinvestimento", que tem aparência de critério objetivo de investimento, a decisão puramente arbitrária da autoridade em reinvestir os benefícios da produtividade em fábricas e equipamentos, quando lhe aprouver.

Se esses autores são conduzidos à política intoleravelmente rígida pelo receio de que o crescimento da população absorva as vantagens do progresso, o oposto constitui, provavelmente, a falha da doutrina defendida por JOHN STUART MILL e exposta, em meu tempo de estudante, pelo Professor TAUSSIG. Há também traços de uma tese de "grande impulso" nessa teoria demográfica. Argumentava-se então que se a produtividade pudesse ser acelerada por quaisquer meios, o efeito imediato sobre a elevação dos salários reais daria à população desejo de maior

(3) — Ragnar Nurkse, "Reflections upon India's Development Plan" — *Quarterly Journal of Economics*, Vol. LXXXI, maio de 1957, págs. 188/204.

(4) — N. S. Buchanan e H. S. Ellis — *Approaches to Economic Development* (New York, 1955), págs. 242, 243.

conforto material, e este seria por ela defendido através da redução da família. O mal dessa prescrição, que poderia ter atuado e, provavelmente, assim atuou, em tempos passados, como por exemplo, na industrialização do Japão, está em que, hoje em dia, o aumento da população devido à baixa nas taxas de mortalidade é capaz de absorver os benefícios da produtividade, antes que estes possam ser transmitidos às camadas de população de nível de vida mais elevado. A responsabilidade cabe, assim, à alta do padrão de vida que, como salientou ARTHUR LEWIS recentemente, é um processo moroso ⁽⁵⁾. Mas que, pelo menos, funcionou na história da civilização ocidental sem a coação do Estado sobre as populações.

Realmente, na hipótese de que um “grande impulso” nos investimentos signifique tão só um recurso temporário às limitações compulsórias do consumo, o que determina, em última análise, as taxas de natalidade? O aumento do equipamento produtivo que a Rússia Soviética está obtendo através de “fome no presente” resultará, por fim, em salários mais elevados ou, simplesmente, em número maior de indivíduos? A resposta reside, naturalmente, na concepção da população com respeito à família, monogamia, continência, legitimidade, alfabetização, educação sexual, o *status* da mulher e crenças éticas e religiosas, isto é, num vasto complexo de forças. Contra esses determinantes básicos, um período de investimento acelerado visando efeitos demográficos parece superficial e de efêmera duração.

II

O investimento acelerado pelo Governo é justificado às vezes como sendo a chave que abre o caminho ao desenvolvimento econômico graças ao conseqüente comportamento das poupanças.

Distingo quatro tipos dessa espécie de teorização. A primeira, de acordo com a qual o Estado pode acelerar o desenvolvimento ao forçar o reinvestimento contínuo da renda em bens de capital, já foi suficientemente estudada. Pode-se chamá-la de política de poupança forçada, explícita ou abertamente declarada.

O segundo tipo é a poupança forçada dissimulada sob a inflação; e quase não há necessidade de salientar o grande número de simpatizantes ou defensores ativos da inflação, mesmo

(5) — W. Arthur Lewis, *The Theory of Economic Growth* (Londres, 1955, pág. 315).

entre os economistas profissionais. Pode-se citar, como um dos representantes dessa corrente de pensamento o professor ARTHUR LEWIS da Universidade de Manchester, que afirma que o Governo deve escolher entre a tributação e a inflação de modo a prover a suplementação necessária às poupanças privadas voluntárias, e que essa escolha é “em grande parte política” (6) As inflações destinadas ao consumo puro e simples ou à destruição de bens (isto é, guerra e armamentos) tornam-se cumulativamente piores ao reduzir-se a oferta de bens em relação à moeda. “As inflações com o fim de criar capital útil são, pelo contrário, autodestruidoras, uma vez que, mais cedo ou mais tarde, elas resultam num aumento da oferta de bens no mercado”. (7).

Ambas as partes dessa proposição são totalmente indefensáveis. Em primeiro lugar, “a finalidade de criar bens de capital úteis” é em geral pouco auxiliada por um “grande impulso” de investimento estatal, que excede o impôsto de renda mais a venda de títulos aos que realizam poupanças, isto é, pela inflação. Esta, como assinalou SCHUMPETER de maneira tão eloqüente, desvirtua o cálculo econômico, tornando falhas as antecipações e lucrativas as atividades de especulação através do efeito multiplicador ou da velocidade da moeda, por mais que os investimentos originais fôssem legitimamente motivados. O próprio LEWIS deteve-se no exame de alguns desses custos da inflação, incluindo aí os deficits do balanço de pagamentos e a conseqüente necessidade de contrôles cambiais, etc. O aumento do fluxo de bens não *deve*, necessariamente, ser suficiente para evitar um aumento contínuo de preços; e muito provavelmente não o *será*, enquanto houver inflação “com a finalidade de criar bens de capital úteis”.

Com efeito, a expressão “mais cedo ou mais tarde” aplicada por LEWIS à “oferta acrescida de bens no mercado” revela que mesmo sem considerar os vários custos da inflação relativos à ineficiência e à redução das poupanças voluntárias, o financiamento inflacionário de um dado acréscimo de investimento só é não-cumulativo quando não se repete. Os rendimentos do investimento são colhidos de maneira lenta através de meses e anos que se seguem e, se bem concebido, dará origem a um volume de deflação suficiente para compensar o

(6) — W. Arthur Lewis, *op. cit.*, pág. 217 e seg.

(7) — W. Arthur Lewis, *op. cit.*, pág. 405.

investimento original (supondo-se, como LEWIS, que o mesmo haja sido financiado através de recursos inflacionários). Entretanto, a repetição de acréscimos inflacionários ao investimento produz, como é óbvio, uma inflação cumulativa. Abandono, pois, a idéia segundo a qual um "grande impulso" gera automaticamente sua própria poupança.

Uma corrente de pensamento bastante distinta é representada por aqueles que acreditam que sendo o consumo, em parte, função de hábitos, evolui com atraso em relação a variações de renda. Assim sendo, se se puder dar um súbito impulso à renda através de um intenso programa de investimentos, as poupanças voluntárias constituirão, durante algum tempo, maior fração da renda preparando, dessa maneira, o terreno para progressos futuros ⁽⁸⁾.

É interessante observar que a hipótese segundo a qual os consumidores não acompanham a elevação da renda, constitui exatamente o oposto da formulada por aqueles que argumentam que um acréscimo súbito da renda introduzirá padrões de vida mais altos, através da elevação do nível de vida, reduzindo assim a taxa de natalidade. Ambos os argumentos em favor de um grande esforço para realizar investimentos não podem ser simultaneamente válidos.

Em vista da força do "efeito emulação" (demonstration effect) no mundo moderno e da tendência da legislação de bem-estar social e salários para igualar ou ultrapassar os aumentos de produtividade, não alimentaria esperanças de que o montante de poupanças necessário pudesse ser obtido através de um atraso do consumo. Mas sou também cético relativamente à redução das taxas de natalidade através, simplesmente, de um súbito aumento de renda, se outros fatores sociais e culturais permanecerem inalterados.

Um argumento mais sofisticado, formulado por GERALD ALTER, membro da equipe do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento ⁽⁹⁾, liga programas de investimento acelerado a maiores poupanças. Como o título de seu trabalho bem

(8) — Este parece ser o tipo de descontinuidade que Paul Rosenstein-Rodan tinha em mente com relação às poupanças em "Notes on The Theory of the 'Big Push'" (mimeografado) Mesa-redonda da "International Economic Association" — agosto de 1957.

(9) — G. M. Alter "The Servicing of Foreign Inflows by Underdeveloped Countries" (mimeografado) — Mesa-redonda da "International Economic Association" — Rio de Janeiro, agosto de 1957.

indica, ALTER acha-se preocupado com a capacidade de um país tomador de empréstimos para atender aos serviços de sua dívida externa. Seu modelo, construído com oito variáveis, demonstra “que é maior a probabilidade de atender a compromissos ligados a um maior volume de capital estrangeiro do que a de atender aos resultantes de um influxo menor desse capital”, conclusão essa “resultante de que aumentos muito pequenos na proporção da poupança marginal necessária associam-se a grandes variações na renda per-capita. ALTER acentua o efeito altamente favorável de um “grande impulso” sobre as poupanças; e parece não haver margem à dúvida quanto a possibilidade de seu modelo ser estendido à dívida interna ou privada.

Entretanto, o próprio autor assinala que um resultado satisfatório do investimento acelerado constitui uma probabilidade e não uma certeza. Um comportamento menos favorável das variáveis básicas poderia perverter o resultado, como por exemplo, no caso de uma elevação da relação capital-produto, de diminuição dos prazos de amortização do débito, de um crescimento rápido de população, ou de aumento das taxas de juro sobre os fundos para investimento. A possibilidade de obter maior renda pela expansão dos investimentos é acompanhada de maiores riscos. Dêsse modo, ALTER reconheceu um dos “fatos da vida” tão freqüentemente ignorados pelos proponentes de programas maciços de investimento. O risco é um custo genuinamente econômico e sua apreciação racional poderia facilmente conduzir à rejeição de empreendimentos em larga escala quer na esfera pública, quer na privada. Com efeito, uma grande sensibilidade ao risco poderia transformar-se em obstáculo ao progresso; mas essa verdade dificilmente justificaria a conclusão de um escritor contemporâneo segundo o qual “recursos extras para investimentos devem ser corajosamente retirados dos consumidores e *repartidos*”. (10)

III

A base principal da justificativa do “grande impulso” nos investimentos tem sido, desde a sua enunciação original por PAUL ROSENSTEIN-RODAN há uma década e meia atrás (11), a pos-

(10) — P. Wiles, “Growth versus Choice” — *Economic Journal*, V. LXVI, junho, 1956, pág. 254.

(11) — P. N. Rosenstein-Rodan — “Problems of Industrialization of Eastern and South — easter Europe” — *Economic Journal*, julho-setembro de 1943.

sibilidade da realização de economias externas extensivas, justificativa essa, da preferência de quase todos os autores de mesmo ponto de vista. Mas o grande obstáculo a tal possibilidade foi definitivamente evidenciado pelo Professor Viner: o comércio exterior proporciona ao país em vias de desenvolvimento poupanças muito mais volumosas originárias dos mercados mundiais, independentemente do investimento interno. ⁽¹²⁾

Esse fato é presentemente reconhecido pelo Professor ROSENSTEIN ⁽¹³⁾ que, entretanto, nega-se a aceitar abertamente o argumento adicional de VINER, segundo o qual os países em vias de desenvolvimento são, em geral, de produção primária e, assim sendo, os investimentos destinados a produzir bens de exportação e substitutos marginais de importação, que constituem grande parcela do investimento total, produzem, ao que se persume, economias externas insignificantes. Para o setor como um todo, o "grande impulso" perde sua justificação específica a partir das economias externas.

Resta-nos, então, a produção destinada ao mercado interno, não substituta de importações. Esta pode representar ainda um vasto domínio, abrangendo a produção de bens de consumo puramente local e quase todos os serviços de utilidade pública: transportes, comunicações, energia, água e esgotos, etc. Todavia, mesmo nessas atividades, há limites ao potencial de economias externas. VINER assinala que certos investimentos — presumivelmente no caso de procura relativamente inelástica — são redutores de custos ao invés de expandir a produção. Desde que as economias externas dependam da expansão da produção na indústria inicial, tornam-se insignificantes para essa categoria de investimento. Gostaria de apontar outras duas limitações — de considerável significação. No terreno dos bens puramente domésticos, grande parcela será constituída de serviços pessoais e indústrias leves (produção de alimentos e vestuário) nas quais "a densidade" do investimento fixo não é importante porque constitui apenas pequena fração dos custos. Como as economias externas representam simpels economias internas em indústrias adjacentes, sua significação, nesses casos, é proporcionalmente pequena. Além do mais, vale a pena lembrar que no caso dos serviços de utilidade pública, as economias

(12) — Jacob Viner — "Stability and Progress: the Poorer Countries' Problem" — Primeiro Congresso da "International Economic Association" — Roma, setembro de 1956; (mimeografado) — págs. 27 a 31.

(13) — P. M. Rosenstein-Rodan — "Notes on the Theory of the "Big Push", já citado.

externas potenciais *não se incorporam* ao custo do *equipamento* dessas indústrias, se este puder ser importado a preços mais baixos.

Consideradas em conjunto, essas limitações não removem por completo e necessariamente a possibilidade de obtenção de economias externas. Estas não são, entretanto, tão universais quanto muitas vezes se supõe nem, quando realmente existem, tão substanciais. Finalmente, ainda que sua existência aumente a produtividade na Economia para determinadas grandezas da formação de capital, não constitui justificativa para uma *concentração de investimentos em dado instante* se, como provavelmente aconteceria em quase todas as economias (exceção feita dos países muito pequenos) “a densidade” dos investimentos individuais conduz a uma utilização quase plena dentro do capital da comunidade. Este é um argumento realmente importante ao considerar “investimento acelerado”, não como simples sinônimo de investimentos contínuos em nível mais elevado, mas como um “grande impulso” seguido de uma taxa mais baixa.

IV

Além de fundamentar sua essência teórica nos argumentos de população, poupança e economias externas, a doutrina das taxas aceleradas de investimento recomenda políticas que, estou certo, seus proponentes não gostariam de ver esquecidas. Uma dessas políticas reside na predileção pela indústria manufatureira em relação à agricultura e outras atividades primárias. Em parte essa predileção pode ser simplesmente o reflexo sentimental de um desejo de ver o País “independente” de seus vizinhos, especialmente dos vizinhos ricos. Mas, há, em parte, argumentos racionais, tais como uma elevação do moral da mão-de-obra graças à produção fabril, os efeitos demográfico-culturais das grandes cidades que se supõem favoráveis ao progresso econômico e a eliminação dos riscos que as flutuações do mercado mundial trazem para a produção primária. Por outro lado, os tipos primários de produção têm a seu favor a utilização relativamente abundante dos fatores terra e trabalho, aliada a um uso relativamente econômico do fator capital; caracteristicamente, a produção primária gera nos países menos desenvolvidos $\frac{2}{3}$ ou mais da renda nacional e, conseqüente-

mente, fornece os principais recursos para as importações industriais, e o investimento de um modo geral.

Pareceria desnecessário, no presente estágio dos debates sobre desenvolvimento econômico, dizer que os méritos do investimento na agricultura *versus* os do investimento na indústria têm de ser estabelecidos em função das peculiaridades de cada país. Portanto, qualquer mérito inerente a programas intensos de investimento tanto pode associar-se à agricultura-irrigação, drenagem, facilidades de transportes, reformas das pequenas propriedades agrícolas — como à construção de fábricas; em certos casos, especialmente associado a êsses últimos.

Reflexões semelhantes estariam de acôrdo com as preferências dos economistas partidários do “grande impulso” pelos planejamentos, direção estatal dos investimentos e contrôles extensivos. A programação linear, por exemplo, constitui basicamente um serviço de informações cujos benefícios podem se estender tanto aos empreendedores privados quanto ao govêrno. Em si não fornece qualquer *rationale* para o investimento acelerado. Sendo desejável suplementar a poupança privada voluntária utilizando a arma fiscal do Estado, os recursos podem ser tomados às emprêsas privadas. A base teórica dos programas de investimento acelerado refere-se a uma *taxa* de investimento e não necessariamente a investimentos controlados pelo govêrno. As motivações econômicas ordinárias, do indivíduo e das emprêsas, constituem poderoso instrumento de progresso econômico. Seria de lamentar que os economistas do mundo livre criassem uma imprêsão diferente.

V

Em conclusão, que se pode dizer acêrca dos méritos gerais da folisofia do desenvolvimento econômico baseado no “grande impulso”? É claro que um tipo de impulso se faz necessário como ponto de partida para o desenvolvimento econômico; é pouco provável que a partida da estagnação se faça por etapas quase imperceptíveis. Historiadores econômicos e antropólogos culturais referem-se a vários propulsores das mutações econômicas: o comércio exterior, o capital estrangeiro, a imigração, as transferências de técnica, o progresso da inovação em si, as mudanças culturais e as revoluções políticas. Entre êsses, desempenham seu papel os programas intensivos de investimento

estatal, como nos exemplos japonês e russo. Entretanto, estes de forma alguma constituem o único, nem mesmo o principal caminho através do qual se alcança desenvolvimento e, as vantagens demográficas, a acumulação de capital e as economias externas que os programas maciços de investimento deixam antever, podem facilmente ser superestimadas.

Um apanhado estatístico realizado por JOHN ADLER a respeito do desenvolvimento econômico mundial recente conduz a importantes conclusões entre as quais à de que “um nível relativamente baixo de investimento traduz-se numa substancial adição de produto” (pág. 279 e 283). O autor dá grande importância a essa conclusão, especialmente no caso da Índia e do Paquistão; e o fundamento dessa conclusão, a baixa relação capital-produto, constitui característica de muitos outros países menos desenvolvidos da Ásia e América Latina, segundo demonstram as citadas estatísticas. Dêsse modo, estaríamos longe da verdade se disséssemos que uma injeção maciça de investimento constitui exigência do crescimento.

A vulnerabilidade da doutrina do “grande impulso” reside na freqüente ignorância das condições propiciatórias do investimento às quais se atribui tão grande importância no panorama geral do desenvolvimento, bem como negligência das condições sob as quais os investimentos, uma vez realizados, podem frutificar. Essa teoria só é capaz de contornar os problemas que decorrem de garantir não só a obtenção de poupanças como, também, a disposição de enfrentar os riscos inerentes ao investimento na hipótese do Estado como *deus ex machina* — que realiza a maioria ou a totalidade dos investimentos. É através de uma singular estreiteza que a teoria muitas vezes insinua ter contado toda a história do sucesso do funcionamento da economia, uma vez realizado o investimento.

Na verdade, as condições de incentivo ao investimento privado e à utilização lucrativa do capital são mais ou menos as mesmas. Eu daria destaque à existência de governos estáveis e honestos, à ausência de inflação e à condutibilidade da economia no tocante aos benefícios do comércio externo e interno. Mas outros fatores parecem ser de igual importância crítica como, por exemplo, a melhoria da cultura técnica e geral, posta em evidência pelo Professor Gudín, a melhoria das técnicas agrícolas (de grande importância para quase todos os países de renda baixa) e o progresso no terreno da limitação da família. Cremos ter identificado alguns fatores do pro-

gresso econômico que tomados quer em conjunto quer isoladamente, poderiam anular o surto de investimentos estatais.

No tocante aos programas intensivos de investimento alguns pontos recentemente assinalados por SIMON KUZNETS ⁽¹⁵⁾ merecem reflexão. Seus estudos históricos e estatísticos conduzem à conclusão que “as atuais diferenças internacionais nos níveis de renda per capita são efeitos disfarçados de diferenças passadas nas taxas de crescimento dessas rendas”. Até que ponto seria necessário retroceder na história dos países mais adiantados para atingir a níveis comparáveis aos de renda per capita dos países atualmente menos desenvolvidos? Deveríamos recuar mais ou menos meio século para atingir o nível atual de renda da América Latina e século e meio no caso da África e da Ásia.

Assim, mesmo num estágio muito primitivo da industrialização da Europa Ocidental, as rendas per capita eram provavelmente tão elevadas quanto às da América Latina de hoje e por certo bem mais elevadas do que às da Ásia e da África. Dificilmente o desenvolvimento econômico parece resultar de programas maciços de investimentos.

SUMMARY

Accelerated Investment as a Force in Economic Development

1. In maintaining that economic development brings about a raise in the rate of investment, the author sets out to explain why the theories that stress this factor should be in any way distinctive as theories of economic development.

According to Professor Ellis the answer lies in a relative emphasis. There are a great many theories that — while not ignoring the influence of such factors as organization, parsimony, frugality, innovation, demographic growth etc. — lay almost exclusive a stress upon the speed of the investment process; they assert that if capital formation is rapid, other attributes of economic progress are practically certain to be achieved.

The author maintains that such theories — aside from emphasizing the intense rhythm of capital formation — display a number of characteristics which warrant their being grouped together. The author starts from the more comprehensive ana-

(15) — Simon Kuznets — “Quantitative Aspects of the Economic Growth os Nations”, em *Economic Development and Cultural Change*; Vol. n.º 5, n.º 1, outubro de 1956 — vide especialmente págs. 23-25.

logies, from interventionism and the choice of the industrial sector as an instrument of development, to carry out a critical analysis of those theories, which are correspondingly classified after his case approaches. These are distributed among the following factors: Population, The Propensity to Consume and the Technical Discontinuity of Investment.

2. As for the demographic argument Professor Ellis suggests that the problem of "big push" usually comes forward in an economy where per capita incomes are low, capital is scarce and labor abundant. Death rates have recently been lowered by modern methods of public health, and birth rates are high.

Along these lines the author primarily considers the viewpoints of Galenson and Leibenstein. According to these writers the only hope for eventually raising per capita incomes is temporarily to abandon the usual criterion for investment and to adopt techniques which lead ultimately to the maximum capital/labor ratio. The coefficient of reinvestment should be maximized even if there is surplus labor in the economy. Techniques appropriate to foster development are those which lead speedily to the maximum of capital equipment per worker and hence to maximum real wage rates. Professor Ellis objects, however, that the capital/labor ratio can always be raised and that short of a very remote limit real wage rates can always be raised by more capital, so that the term for the application of the coefficient of reinvestment is indefinite. Another objection is then advanced: "the theory ruthlessly sacrifices present gains in productive capacity to the furtherance of productive capacity". Professor Ellis believes that it was the concern lest real wage rates should lead to increased birth rates that led those writers to propose this policy, what they did even to the extent of accepting an eventual increase of unemployment for the sake of such techniques as might ultimately maximize the capital/labor ratio. He closes his criticism of the criterion of investment as substantiated in the maximum capital/labor ratio by pointing out that the employment of capital-intensive techniques in an economy with surplus of labor is an anomaly. The Government, in introducing these techniques, "is discounting the future at a lower rate than the market". The apparently objective criterion implies the neatly arbitrary decision of authority to plough back productivity gains into plant and equipment as best may please that authority. Those authors are ultimately led to propose an in-

tolerably stiff policy for fear that the benefits of progress be swallowed up by an eventual growth of population.

Bearing further upon the demographic argument, Professor Ellis casts back the doctrine of John Stuart Mill. If productivity could be thrust forward rapidly argued the English economist, the immediate impact in raising the real wages would give the population a taste for greater material comfort, which they would defend by reducing the size of their families. However, in the current scene the increase of population from lowered mortality rates is apt to eat up productivity gains before they can be transmitted into higher levels of living. The brunt of responsibility would thus be borne by the slow process involving the rise of the standard of living. Upon the assumption that a big push of investment means only a temporary resort to compulsory limitation of consumption. What is ultimately to determine birthrates? His own answer follows. The latter lies in the ideals of the population regarding the family, monogamy, continence, and legitimacy; in literacy, sex education, religious traditions etc. He affirms that against these basic determinants, a period of accelerated investment for the sake of its demographic effects seems relatively short-lived and superficial.

3. Concerning the argumentation built up on the grounds of the attending behaviour of savings, the author distinguishes four types of this sort of theorizing. The first, according to which the State may speed up development by continuously enforcing reinvestment of income, is not further discussed; he rather judges it to have been sufficiently considered under the head of demographic argumentation. The second variety discussed is that of the concealed forced saving of inflation. He expatiates on Lewis's assertion that "inflations for the purpose of creating useful capital are self-destructive, since sooner or later they result in an increased supply of goods to the market". Professor Ellis invokes Schumpeter in suggesting that inflation biasses the economic calculus by making estimates fallible and by making profitable — through the multiplier or velocity of money-effect — all sorts of speculative activities. Consequent to the costs of inflation the increased flow of goods need not be sufficient to prevent a continuous rise of prices. The author asserts that inflationary financing of a given investment is only non-cumulative if it is a "once-over" performance. As the continuous falling-back upon inflationary increments to investment will clearly

produce cumulative inflation, Professor Ellis dismisses the idea that a big push automatically generates its own savings.

The third variety of "behaviour-of-savings" theorizing is adopted by those who judge consumption to be at least in part dependent upon habit and mores, and lags in point of time behind variations of income. Thus if income can be given a sudden forward thrust by a "crash" investment program, voluntary savings will necessarily give rise to a sizeable amount of voluntary saving and lay the ground for further advance. Professor Ellis puts forward the objection that the force of the "demonstration effect" in the modern world and the tendency of welfare legislation and wage demands to equal or outstrip increases of productivity will not permit a certain magnitude of savings to be achieved through a lag in consumption.

4. Professor Ellis moves on to suggest that the case for a "big push" lies mainly in the possibility of achieving extensive external economies. Professor Viner's view meets the final objection, — he thinks — in the fact that foreign trade makes available to the developing country the far more substantial economies realized upon world markets, independently of home investment. Since developing countries are chiefly primary producers, investment will mainly envisage the production of export goods and marginal import substitutes; they rather seem to create presumably negligible external economies. Well is it maintained — he says — that home market production is apt to constitute a very substantial field. Even here, however, there are limits to potential external economies. Viner points out that certain investments — presumably in the case of fairly inelastic demand — are cost reducing rather than output expanding. A huge portion of the output of home consumption goods is taken up by personal services and light industries in which the bulk of fixed investment is immaterial because the latter itself is but a small fraction of costs. In the case of public utility services, potential external economies do not pertain to the cost of the equipment of these industries if the latter can be more cheaply imported.

Professor Ellis submits that, taken together, these objections are by no means sufficient to preclude the possibility for external economies being realized. But however much the productivity may rise in given fields of capital formation, they are yet far from being a cogent justification for a concentration of

investment in point of time if — as would appear probable in any but the smallest countries — the bulk of individual investments leads up to a fairly full utilization of all capital facilities as a whole. This is an important consideration if accelerated investment is taken as a “big push” followed by a lower rate of investment.

5. The theories of accelerated investment once classified and considered, the author moves on to examine some of the hints suggested from the political standpoint. The author contends that the predilection for manufacturing over primary sectors of economy may be partly explained by a sentimental desire to see the country independent from its neighbours, particularly the rich ones. But in part it may rest on rational arguments, such as the hold exercised by cultural and demographic factors upon the rhythm of economic progress and the eradication of such risks as attend the fluctuation of rough-material prices in the world markets. The author argues, however, that the primary types of production are comparatively “capital-savings” and have in their favour the fact that they utilize the relatively abundant factors of land and labour: and since primary production characteristically provides $\frac{2}{3}$ or more of the national income of less developed countries, they supply the chief wherewithal for industrial imports and investments in general. The author suggests that the merits of investment in this or that sector have to be settled upon the peculiarities of each country. The advantages that may inhere “crash” programs of investment may just as well be associated with irrigation, drainage and reform of land-holdings as with building industrial plants.

Professor Ellis applies a similar approach to the predilections of “big push” economists for planning, State direction of investment etc.

6. To end up with, the author questions the merits of an economic philosophy based on the arguments of “big push”. He makes full allowance for the case that some sort of impulse is indeed necessary to set into motion a process of economic development. He has it that the way out of stagnation can hardly be covered over scarcely perceptible periods and glances over several forward-pushing factors among which that of an intensified State investment program. He hardly judges the

latter to be an important mainstay of progress in that the demographic advantages, the accumulation of capital, and the external economies implied will be easily overrated.

*Along the same line of reasoning he takes up the conclusion arrived at by John Adler in regard to recent economic development throughout the world, according to which "a relatively low level of investment 'pays-off' well in the form additional output". This conclusion especially comes true in such countries as India, where a low output/capital ratio prevails. The author believes that the general weakness of the big push doctrine is that it frequently ignores the conditions for stimulating the formation of capital, which are of paramount importance in the setting of development; it will also ignore the conditions that make for a surge in the field of investments. The "big push" doctrine can solve no other problem than that of securing savings and stimulating investment risks through the assumption of a *deus ex machina*, the State, which does all or most of the investing. He hence draws the conclusion that it is only through a singular narrowness that the theory often implies that it tells the whole story of the successful operation of the economy, once the investment is made.*

The author points out, for the sake of conclusion, that the conditions for the profitable use of capital and for the evoking of private investment are largely the same. He lays a special stress upon the necessity for a stable and honest government, the absence of inflation, and the accessibility of the economy to the gains of foreign trade and commerce as investment-furthering factors.

RESUME

1. Tout en signalant que le développement économique entraîne un accroissement des taux d'investissement l'auteur se propose d'abord à éclaircir pourquoi les doctrines qui mettent en évidence ce fait sont considérées de façon diverse des théories du développement.

Selon M. Ellis la raison pour cette distinction repose sur un accent relatif. Il y a de nombreuses théories qui, tout en tenant compte de l'influence des facteurs épargne, frugalité, innovation, croissance démographique etc., attachent une importance presque exclusive à la vitesse du développement, lorsqu'elles

affirment que tous les autres attributs en seront automatiquement atteints dès que la formation du capital aura eu lieu avec rapidité.

L'auteur croit que ces théories, outre leur accent excessif sur l'intensité du processus de la formation du capital, possèdent d'autres caractéristiques susceptibles d'un groupement systématique. Prenant pour point de départ les caractéristiques communes plus générales, c. à d., l'interventionnisme et la préférence pour le secteur industriel comme véhicule de développement, l'auteur fait une appréciation critique de théories et les classe selon les principaux arguments utilisés: la population, la propension à consommer et la discontinuité technique des investissements.

Quant à l'argument démographique, M. Ellis suggère que le problème d'un "big push" dans les investissements se présente souvent dans une économie où le revenu par tête est faible, le capital peu important et la main-d'oeuvre abondante; le taux de mortalité s'est beaucoup affaibli grâce aux procédés modernes de santé publique tandis que les taux de natalité sont très élevés.

L'auteur examine dans ce cadre les points de vue de Galenson et de Leibenstein. D'après ces économistes le seul espoir d'un accroissement éventuel du revenu par tête repose dans l'abandon temporaire du critère usuel d'investissement et dans l'adoption de techniques tendantes à renforcer en plus haute mesure le rapport entre le capital et la main-d'oeuvre. Le coefficient de reinvestissement doit être "maximisé" même dans les cas où l'on trouve des excédents de main-d'oeuvre. Les techniques adéquates au développement sont celles qui amènent plus rapidement, au maximum d'équipement et au maximum de salaire réel (real wages) par ouvrier. M. Ellis objecte pourtant que le rapport entre le capital et la main-d'oeuvre peut s'accroître indéfiniment et que les taux de salaire réel peuvent toujours augmenter avant une limite très éloignée au fur et à mesure qu'on y verse plus de capital; donc le terme pour l'application du coefficient d'investissement serait indéfini. L'auteur y ajoute encore une objection: le sacrifice implacable des bénéfices provenant de la capacité productive actuelle au profit de celle de l'avenir. Selon l'avis de M. Ellis cette mesure n'a été proposée par MM. Galenson et Leibenstein que par crainte qu'une augmentation de salaires réels d'aujourd'hui n'aboutisse à un accroissement de la natalité; ils ont même préconisé un accrois-

sement du chômage au profit des techniques qui "maximisent" le rapport entre le capital et la main-d'oeuvre; il conclut sa critique au critère d'investissement fondé sur la rapport maximum entre le capital et la main-d'oeuvre en affirmant que l'emploi de la technique d'usage intensif du capital est, au cas d'une main-d'oeuvre abondante, une anomalie. Le gouvernement adopte en introduisant ces techniques un taux d'escompte plus bas que celui du marché. Le critère, en apparence objectif, renferme, du côté du gouvernement, la décision tout à fait arbitraire de replacer à son gré les bénéfices issus de la productivité sur des fabriques et sur des équipements. Bref ces auteurs ne proposent une politique inflexible que de crainte que l'accroissement de la population ne parvienne à absorber entièrement les avantages du progrès.

Analysant encore l'argument démographique M. Ellis remonte ensuite à la doctrine de John Stuart Mill. On disait à se temps là que l'accélération de la productivité susciterait, tout en augmentant les salaires réels, le désir d'un plus grand confort matériel. D'ailleurs ce confort serait sauvegardé par des familles moins nombreuses. Cependant, l'accroissement démographique en conséquence de l'amoindrissement des taux de mortalité pourrait, de nos jours, absorber l'accroissement de la productivité avant même qu'il pût se traduire en standards de vie plus élevés. Ceci tiendrait donc, à la morosité du processus d'amélioration du standard de vie. L'auteur interroge qu'est ce que déterminerait les taux de natalité dans l'hypothèse qu'un "big push" ne signifierait qu'une limitation temporaire de la consommation? Il y répond lui-même: celle-ci réside dans la conception de la population à l'égard de la famille, de la monogamie, de la continence, de la légitimité, de l'enseignement scolaire, de l'éducation sexuelle, des traditions religieuses etc. Il assure que contre ces facteurs fondamentaux une période d'investissements accélérés cherchant à atteindre des résultats démographiques ne saurait être rien d'autre qu'un processus éphémère et superficiel.

3. Quant à l'argumentation fondée sur les fonctions du comportement d'auteur distingue quatre modalités de raisonnement. Selon la première l'État accélère le développement d'autant plus qu'il force un reinvestissement continu du revenu. L'auteur ne la développe guère à cause de l'avoir suffisamment examinée lors de son étude sous l'optique démographique. Le

second type de raisonnement examiné par l'auteur en est celui de l'épargne forcée qu'on saurait dissimular sous le voile de l'inflation. Son argumentation qui l'affirmative suivante, de M. Lewis: "les inflations provoqués dans le but de produire du capital productif sont tout à fait auto-destructives; elles n'ont point d'autre résultat que celui d'augmenter, plus tôt ou plus tard, l'offre de biens sur le marché. M. Ellis fait appel à Schumpeter lorsqu'il nous rappelle que l'inflation provoque une distorsion du calcul économique parce qu'elle défigure les anticipations et stimule (soit par l'intermédiaire du multiplicateur, soit par la vitesse de circulation) les opérations spéculatives. En conséquence du coût de l'inflation, l'augmentation dans le flux de biens n'est pas nécessairement suffisant pour combler la hausse des prix. L'auteur affirme que le financement inflationniste d'un investissement quelconque ne parvient à être non-cumulatif que lorsqu'il ne se repète pas. Vu que la répétition des poussées inflationnistes dans les investissements entraîne une inflation cumulative, M. Ellis abandonne l'idée selon laquelle "big push" en créérati automatiquement l'épargne, lui-même.

Le troisième type de raisonnement basé sur les fonctions du comportement des épargnes est courant chez les économistes qui croient à ce que la consommation dépend, au moins partiellement, des habitudes et des coutumes, évoluant d'autant plus ou moins rapidement qu'ont lieu des oscillations de revenu. Dans ces condition, un programme intensif d'investissements donnerait une impulsion vigoureuse au revenu, ce qui stimulerait des épargnes volontaires et ouvrirait des perspectives pour l'avenir. M. Ellis objecte que la force du "demonstration effect" dans le monde actuel ainsi que la tendance de mettre le bien être social et les salaires, soit au même niveau, soit à un niveau encore plus haut que celui de l'accroissement dans la productivité, ne sauraient jamais possibiliter l'obtention d'une réserve d'épargnes par l'intermédiaire d'un retard dans la consommation.

4. Ensuite M. Ellis suggère que le principal argument en faveur du "big push" serait celui de la possibilité d'atteindre à de considérables économies externes. De son avis il existe pourtant une objection définitive de la part de M. Viner: le commerce extérieur offre aux pays en cours de développement un volume beaucoup plus grand d'épargnes originaires des marchés mondiaux, ce qui a lieu d'une façon tout à fait indépendante

des investissements internes. Les pays en voie de développement étant par ailleurs des unités économiques à production primaire, les investissements ont le but primordial de produire des biens d'exportation et des substituts marginaux d'importation. Leurs économies externes ne semblent guère atteindre à une certaine importance. Certes — dit l'auteur — la production destinée au marché interne occupe souvent un champ très vaste. Même dans ce cas les perspectives d'économies externes sont fort limitées. L'auteur cite de nouveau M. Viner en considérant que certains investissements (en des cas de demande relativement élastique), au lieu d'augmenter la production ont une tendance à réduire le coût. M. Ellis y ajoute encore deux limitations. La production de biens purement domestiques est constituée en grande partie de services personnels et d'industries légères dont le volume d'investissement fixe est de moindre importance, parce qu'il ne revient qu'à une fraction du coût total; en cas de services d'utilité publique, les économies externes en perspective ne s'incorporent guère au coût de l'équipement si l'on peut importer ce dernier plus mon marché.

M. Ellis dit que l'ensemble de ces objections n'est point suffisant pour mettre hors de possibilité la création d'économies externes. Cependant, même dans le cas où celles-ci augmenteraient la productivité de l'économie en certains domaines de la formation du capital, elles ne justifieraient pourtant pas la concentration d'investissement dans un moment donné qui si, excepté le cas des pays petits, le grand nombre d'investissements individuels l'amène à une utilisation presque totale du capital social. Cet argument a beaucoup de poids quand on entend par investissement accéléré un "big push" suivi d'un taux d'investissement plus bas.

5. Les théories d'investissement accéléré ayant été classifiées et considérées, l'auteur s'empresse d'examiner l'effet de quelques unes de ces considérations sur le plan politique. Selon l'auteur, la préférence pour l'industrie manufacturière envers le secteur primaire peut être partiellement expliquée par le réflexe sentimental d'un désir de rendre le pays indépendant de ces voisins, spécialement les plus riches. Mais il y a encore des raisonnements solides, comme l'influence des facteurs démographiques et culturels sur le rythme du progrès économique et l'élimination des risques inhérents aux fluctuations qui accompagnent les prix des matières premières sur les carches mon-

diaux. L'auteur admet, pourtant, que les types primaires de production sont comparativement des "économisateurs de capital", étant donné qu'ils ont souvent recours aux facteurs nature et travail: en vue du fait que la production primaire origine 2/3, ou même davantage, du revenu national, c'est précisément ce type de production qui fournit les fonds primordiaux aux investissements et aux importations d'articles manufacturés. L'auteur suggère que les mérites de l'investissement dans l'un ou l'autre secteur doivent être évalués d'après les particularités de chaque pays. Les avantages d'un programme d'investissement à grande échelle tiennent autant aux projets d'irrigation, drainage et réforme des propriétés agricoles qu'à la construction d'établissements industriels.

M. Ellis étend le même type de raisonnement aux préférences des économistes partisans du "big push" pour la planification, pour la direction gouvernementale des investissements etc.

6. Pour conclure, l'auteur met en question les mérites d'une philosophie économique basée sur le "bigh push". Il admet qu'une impulsion quelconque doit être donnée à guise de ressort du progrès économique. De son avis c'est peu probable qu'un départ de la stagnation puisse être effectuée sur des étapes presque imperceptibles. Il signale divers facteurs qui entraînent des changements dans la structure économique, y-compris un programme intensif d'investissement gouvernemental, lequel n'est pourtant pas conçu comme voie primordiale de développement à cause que les avantages d'ordre démographique, l'accumulation du capital et les économies externes qu'on en peut concevoir sont fort susceptibles d'être surestimées.

Suivant la même ligne de raisonnement il se tourne vers la vérification de John Adler relativement aux développements économiques mondial récent: un niveau d'investissement comparativement bas se traduit par l'accroissement accentué du revenu. Cette conclusion est spécialement vraie dans des pays qui, comme l'Inde, maintiennent un rapport très faible entre le capital et produit. Finalement, l'auteur croit à ce que la faiblesse principale de la doctrine du "big push" reside dans l'abandon des conditions stimulatrices de la formation du capital (lesquelles jouent un rôle très important dans le cadre général du développement) et, en outre, dans la négligence à l'égard des conditions qui favorisent les investissements. La théorie du "big

push", dit M. Ellis, ne résoud les problèmes de garantir l'obtention d'épargnes et d'accepter les risques provenant de l'investissement que dans la présupposition que l'état joue le rôle de deux ex machina, dans la réalisation soit de la totalité des investissements, soit, du moins, de la majorité de ceux-ci. De cette façon il conclut que ce n'est qu'en vertu d'une singulière étroitesse de vues que cette théorie fait semblant d'avoir expliqué tout le fonctionnement de la structure économique à partir de l'investissement.

L'auteur conclut en disant que les conditions d'utilisation profitable du capital, ainsi que celles de stimulation aux investissements privés sont à peu près les mêmes. Il accentue donc l'importance des facteurs stabilité et honnêteté du gouvernement, absence d'inflation et flexibilité de la structure économique envers les avantages du commerce interne et externe comme moteurs d'investissements.